
**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS - UNIFEOB**

Isabela de Cássia Pereira Pio RA: 20001448

Leandra de Fátima RA: 19001344

Nádia Cristina Procidonio RA: 20000119

Mateus Donizete Chefer RA: 20001353

Renata de Carvalho Correia Gião RA: 20001635

Thaís Jeronimo Neuberger RA: 20001032

**A Ótica Profissional Diante do Paradigma da Inclusão no
Ambiente Educacional**

São João da Boa Vista/SP

2022

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	2
II. OBJETIVO	5
III. REFERENCIAL TEÓRICO	6
III.1 O Paradigma da Exclusão segundo a Criminologia	6
III. 2 O Papel da Família na Educação de Pessoas com Deficiência Segundo a Teoria Sistêmica	9
III. 3 Processos Educativos e a Modificabilidade Cognitiva no Ambiente Educacional	11
III. 4 A Relação Entre Escola e Professor e como ela se desenvolve no ambiente escolar.	15
IV. METODOLOGIA	18
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
VI. REFERÊNCIAS	20

RESUMO

Palavras-chave: Inclusão, educação, profissional, diversidade

I. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Historicamente, a relação da sociedade para com os indivíduos portadores de deficiências passou por diversos momentos, até chegar hoje ao conceito ao qual denomina-se "inclusão". Da total "Exclusão," à "Segregação", à "Integração" até à referida "Inclusão", a visão acerca desses sujeitos, conseqüentemente, também foi alterada de acordo com a mudança de tais paradigmas. (MAGNABOSCO; SOUZA, 2018)

Quando antes, sob o paradigma da exclusão, os sujeitos considerados "inaptos" ao convívio social eram segregados e postos sob os cuidados de "instituições especializadas". Com a ascensão de novas abordagens fundamentadas no princípio da "normalização" o tratamento anterior focado na marginalização do sujeito excluído caiu em desuso, neste contexto o indivíduo, antes segregado, foi posto em destaque, o foco aqui não era o tratamento, mas o sujeito e sua "deficiência". (MAGNABOSCO; SOUZA, 2018)

Conseqüentemente, a responsabilidade pela superação das limitações para a inserção social foi totalmente atribuída ao sujeito "limitado", logo não era dever da sociedade se adaptar ao indivíduo, mas do indivíduo se adaptar a ela, configurando assim o paradigma da integração. (MAGNABOSCO; SOUZA, 2018)

Passadas as tentativas exclusivas de inserção, o surgimento de políticas que garantam legalmente propostas de inclusão fundamentadas pelo princípio de que "toda pessoa tem direito à educação" assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 4)

Portanto, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

“Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito”. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, p. 4)

Leis como a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien – 1990)”, aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos em 1990, e a “Declaração de Salamanca” constituída em 1994, a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, visam a descentralização do conhecimento com a inclusão escolar, abarcando a diversidade humana presente em todas as instâncias sociais.

Segundo dados do Censo Escolar 2018 do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), somente 31% das escolas (55.899) brasileiras possuem dependências acessíveis. (INEP, 2018).

Porém, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146, 2015), afirma que a inserção do indivíduo em diversos contextos sociais é para que ocasione o reconhecimento do indivíduo e de suas limitações perante a sociedade com o intuito de promover a igualdade em relação aos demais alunos.

O método de divulgação do real intuito do processo inclusivo, não é bem esclarecido, o que torna um grande debate entre professores e colaboradores da instituição do âmbito acadêmico.

Diante desta lógica, é preciso que estereótipos sejam desmistificados, para que o desenvolvimento no processo de inclusão seja de uma aprendizagem significativa, considerando que cada indivíduo possui suas particularidades e, independente da sua patologia é de seu direito participar dos processos educacionais.

A inclusão é muito importante para que ocorra a participação e interação entre grupos, podendo deste modo, haver transformação e sentido para realização das atividades atribuídas, contudo fará com que colaboradores da instituição fiquem focados nos acontecimentos, compreendendo que as mudanças são fundamentais para que resultados satisfatórios se façam presentes. Manter as relações, as percepções e expectativas entre indivíduos incluídos e sociedade abrange conhecimentos tornando a aprendizagem significativa.

A capacidade de aprender do ser humano está muito além de organizar e sequenciar atividades, é preciso mostrar diversidades para que o conhecimento seja ampliado, pois o aprender, é um processo de mudança de comportamento, e é preciso vivências para se adquirir as experiências, deste modo a inclusão poderá proporcionar para o mediador sentimento de competência o que fará ter busca constante de planejamento e novidades que contribuem no processo de educação dentro da escola (COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. , 2004).

Em 2014, 886.815 pessoas com deferência matriculadas nas escolas do país entre os anos 2017 e

2019 houve um aumento de aproximadamente 10,8% de matrículas. (GANDRA, 2019)

O aumento significativo de matrículas indica a alta procura, portanto a necessidade da importância de cursos de capacitação para os profissionais das redes de ensino. O intuito das capacitações em relação aos profissionais ligados a rede vai além da orientação quanto às técnicas de ensino, também diz respeito a importância da necessidade de posicionamento como profissionais e indivíduos em relação à educação inclusiva.

II. OBJETIVO

II.1 Objetivo Geral

O intuito deste monólogo é orientar os profissionais ligados à rede de ensino, sobre qual o posicionamento adequado e esperado destes diante da educação inclusiva, enfatizando a importância da diversidade e de como ela impulsiona o desenvolvimento psicológico.

II.2 Objetivo Específico

A partir da identificação de possíveis fatores que dificultam esses processos, apresentando conceitos e abordagens da psicologia que contribuem ativamente para o processo de inclusão no ambiente educacional.

Busca-se identificar quais são as características disfuncionais do ambiente educacional que impossibilitam que aconteça uma inclusão efetiva. A partir de teorias que objetivam explicar alguns dos processos envolvidos neste contexto abrangente, juntamente a exposição das atuais políticas e paradigmas sociais sobre o mesmo, que podem influenciar o comportamento do educador no ambiente escolar frente à inclusão.

Portanto, a presente pesquisa pretende proporcionar ao profissional da educação a importância da compreensão do indivíduo excluído como um ser multifacetado que é igual em seus diferentes aspectos para que todos possam desenvolver uma aprendizagem significativa.

III. REFERENCIAL TEÓRICO

III.1 O Paradigma da Exclusão segundo a Criminologia

O sujeito excluído é aquele, por definição, considerado não pertencente, porém para que este seja assim classificado são necessários três elementos básicos: o sujeito excluído, o excludente, e o parâmetro.

Do primeiro, na maioria das vezes, não é necessário um “esforço proposital”, as pessoas são excluídas por fatores incontrolláveis, como: fatores biológicos, socioeconômicos, culturais, e de sexualidade e gênero, que conseqüentemente, são parte das justificativas infundadas do excludente.

O sujeito excludente utiliza-se de um parâmetro, que por sua vez é socialmente ditado, o que conseqüentemente o torna volátil às mudanças sociais. Quando um parâmetro é definido, o fator de exclusão em questão, é comparado e classificado como adequado ou não, assim este é o referencial de normalidade que irá dosar o quão desajustado é um indivíduo.

Dado o contexto, traçando um paralelo junto à área da Criminologia, não é possível discorrer sobre o fenômeno da exclusão sem mencionar a teoria do médico Italiano Cesare Lombroso (1909), que traz uma perspectiva

positivista sobre crime e criminoso, considerando que existiam fatores deterministas ao delituoso. (SANTOS, 2012)

Ou seja, o indivíduo nascia predisposto a ter comportamentos criminosos, o “Homo criminalis” de Lombroso foi nada menos que o produto de um parâmetro, onde uma série de determinantes biológicos e comportamentais comparados ao ideal de normalidade da época foram classificados como o “perfil” do sujeito criminoso. (SANTOS, 2012)

A partir da evolução do pensamento acerca do criminoso surgem novas teorias, como as de Goffman e Howard Becker que colocam em xeque os ideais de Lombroso. Assim surge o conceito de Teoria da Rotulação ou Etiquetamento Social, que diz que a criminalidade é produto da estigmatização social, aqui o sujeito não é o foco, mas o valor que a sociedade irá atribuir a ele e como ele irá simbolizar e significar este. (SANTOS, 2012)

A exclusão, portanto, é um produto da estigmatização, ao atribuir um valor pejorativo a determinada característica a sociedade engloba e classifica todos os indivíduos que a detém. Quando colocamos em evidência somente uma determinada característica, taxada como negativa, ignoramos todas as esferas que compõem o indivíduo como um ser complexo. (SANTOS, 2012)

Neste contexto, pode-se gerar como consequência um fenômeno denominado por Goffman e Becker como “Interacionismo Simbólico”, este diz que uma vez que o indivíduo se torna foco de observação constante por parte da sociedade de maneira negativa, principalmente em ambientes que deveriam ser pró sociais como o familiar e

a instituição escolar. Consequentemente, o sujeito começa a apresentar desvios de conduta pois associa o tratamento hostil ao ambiente, respondendo de maneira semelhante ao mesmo. (SANTOS, 2012)

“Quanto mais o indivíduo é etiquetado e colocado à margem da sociedade, mas ele vai mergulhando no papel de desviado, até chegar ao momento que ele se convence de que realmente é aquilo que a sociedade o considera [...]” (JHONATHAN, 2012, p. 4).

O valor simbólico que o indivíduo atribui a uma instituição definirá o quão significativa (de maneira positiva ou negativa), sua experiência pode se tornar. Tal interpretação, se negativa, poderá ocasionar em uma série de comportamentos que gerarão fatores de risco, como o atraso escolar.

Muitas vezes banalizado pelos próprios profissionais da área o atraso escolar, mesmo sendo necessário em algumas ocasiões é um recurso que muitas vezes é utilizado pela falta de estrutura da instituição (aulas de reforço, materiais de apoio e algumas vezes a falta de intencionalidade do profissional), o que interfere diretamente na a relação série/idade, que pode contribuir para que o indivíduo se sinta deslocado, não pertencente ao ambiente escolar, o conseqüentemente pode levar à evasão.

Os fatores de risco estão presentes não só no ambiente escolar, mas como no convívio social, envolvendo a comunidade (fatores socioeconômicos, cultura, figuras de referência "heróis", infraestrutura); a estrutura familiar e modelos parentais (se há negligência ou violência por parte dos cuidadores, se estes são pró sociais, e a qualidade dos vínculos) e principalmente

fatores intrapsíquicos que são construídos e influenciados pelo ambiente externo.

Portanto é estritamente necessário evitar a restrição do sujeito a apenas uma determinada característica, assim evitando a insignificação de fatores que são ou possam se tornar prejudiciais ao mesmo.

III. 2 O Papel da Família na Educação de Pessoas com Deficiência Segundo a Teoria Sistêmica

No processo de intervenção grupal e familiar, encontrados na área da educação, é importante que primeiramente se compreenda o contexto histórico da inserção e inclusão dos indivíduos portadores de deficiência na sociedade, para que então se estabeleça a sua relação e as consequências adquiridas a partir disso.

Desde a formação do corpo-social que conhecemos atualmente, há uma estigmatização e desvalorização do indivíduo que nasce ou adquire algum tipo de deficiência ao longo da vida, isso se dá por conta da visão capacitista estabelecida no convívio social, os indivíduos que possuíam limitações físicas, motoras e psicológicas, eram considerados inaptos ao convívio social, assim ocorria um processo de higienização, onde os que não atingiam o ideal de “normalidade” da época, eram submetidos a instituições especializadas.

No século XX, surge o paradigma da integração, este vem para defender o direito da criança com deficiência a ser inserida na sociedade e principalmente na rede regular de ensino, porém a mesma com esforço próprio teria que adaptar-se ao ambiente, enquanto que as escolas e os sistemas mantinham-se inalterados, não tinham o

compromisso em adaptar-se às necessidades destes alunos (MINETTO, 2010 p.46).

Após a Segunda Guerra Mundial, a Teoria Sistêmica surge e apresenta uma nova concepção sobre o funcionamento dos indivíduos em um coletivo, assim se torna possível o refinamento da compreensão da funcionalidade de um grupo ou família dentro de um sistema. Os pais estão inseridos no grupo primário, já que são as primeiras pessoas que têm contato com o recém-nascido, sendo responsáveis por sua educação básica, e formação de identidade, logo após, são formados os grupos secundários, onde são definidos os papéis sociais, centrado em suas capacidades, ocorrendo normalmente após o contato com a escola e o convívio social.

Quando a criança em questão nasce ou adquire algum tipo de deficiência, seja ela intelectual ou física, há uma quebra de expectativas que os pais tiveram em relação ao futuro da mesma, onde estes são expostos a estressores horizontais, causados pelos eventos previsíveis da mudança de ciclo familiar a eventos imprevisíveis, no caso a deficiência.

Assim surge outro ponto importantíssimo a ser levado em consideração, a formação acadêmica deste indivíduo, que envolve sua maturação cognitiva e as suas relações interpessoais. Os pais, portanto, agora enfrentam uma dura batalha pela educação de seu filho, pois a educação nas instituições de ensino não fornece o preparo ideal aos profissionais da educação para acolher, com eficiência, pessoas com deficiência.

No ano de 2019, a Pesquisa Nacional de Saúde apontou que são mais de 17,3 milhões de pessoas com dois anos ou mais, que possuem algum tipo de deficiência

em uma ou mais funções, assim fica clara a importância da devida preparação para os profissionais da área da educação para que assim estes possam ser agentes ativos da inclusão. (TORKANIA, 2019).

Existe uma necessidade do aumento de profissionais devidamente capacitados para atuar em instituições de ensino. Já que a demanda para tal é tão assídua, um ensino de qualidade pode equiparar todos os alunos de uma forma igualitária e auxiliar os professores a cumprirem a demanda requisitada.

Ou seja, que o professor se veja como tal, observando as dificuldades do indivíduo diante das tarefas atribuídas ao grupo, sinalizando e expondo onde estão percebidas, e com essas colocações tornar o grupo operativo. Fazendo com que o mesmo tenha um único propósito e a mesma finalidade, incluindo aspectos em comum como vivências, interações, experiências e aprendizagens, enxergando este indivíduo como uma parte de um todo dinâmico.

III. 3 Processos Educativos e a Modificabilidade Cognitiva no Ambiente Educacional

A vertente da Psicologia da Aprendizagem e Educação salienta a importância do ato de educar, pois é devido ao processo de aprendizagem que o sujeito modificará o seu comportamento.

As experiências são o acúmulo de vivências, é e por meio delas que o mediador adquire, organiza e seleciona de forma coesa os seus conhecimentos prévios e transmite para o mediado. Assim, por parte do mediado, ocorre o processo de aprendizagem, ou seja, o aprendiz passa a

conhecer, compreender, interpretar a nova informação através das ferramentas de cognição, para que possa sintetizar e acomodar a informação. (COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. 2004. v. 2).

O processo de aprendizagem não é restrito ao ambiente escolar, a todo momento o sujeito aprende e se modifica por meio da interação, portanto o papel de mediador não cabe somente ao educador.

Reuven Feuerstein em sua teoria da Experiência da Aprendizagem Mediada aponta que, para além da transmissão do conteúdo, deve existir o foco na atribuição de significado, o que permite uma maior profundidade e internalização de um conteúdo para o mediado, que encontrará um sentido próprio no conteúdo transmitido. Para que isso ocorra, é necessária a expansão da aprendizagem para além da situação e ambientes escolares, assim incentivando uma aprendizagem através da comparação das experiências, processo que acontece de forma constante (LIMA; DAL PRÁ, 2019).

O ambiente familiar, configura-se como o primeiro meio social de aprendizagem, sendo o transmissor portanto, de valores sociais, culturais e empáticos; compreendendo um importante lócus de aprendizagem e compreensão sobre o que seja, por exemplo, tornar-se um sujeito aberto à inclusão, ou não.

Já no âmbito escolar, o indivíduo passa a ter contato com uma variedade de sujeitos, e, conseqüentemente com a diversidade de características. Assim, se mediado por um sistema educacional, onde educadores, que em sua formação profissional e pessoal, tragam consigo valores intrínsecos de respeito e compreensão do direito de todos a aprender e a interagir socialmente, independentemente

de suas limitações e/ou diferenças, poderá internalizar tais valores e conhecimentos, e futuramente, propagá-los.

Segundo Feuerstein, todo ser humano é capaz de desenvolver uma aprendizagem positiva, desde que realizada por um mediador dotado de intencionalidade. A Aprendizagem Mediada, junto à experiência individual de cada um, traz a ideia de que o mediador é responsável por oferecer as ferramentas corretas, para que o mediado, dentro de sua individualidade, possa interagir frente a um estímulo, passando a interpretá-lo da melhor maneira e chegar a uma solução ou resposta por conta própria.

Todas as interações sociais são de suma importância, já que aquilo que é aprendido vem através destas, e a aprendizagem significativa ocasiona mudança nas interações sociais do mediado, pois o mesmo será capaz de atribuir significado de conteúdos aprendidos e relacioná-los com situações reais. (LIMA; DAL PRÁ, 2019)

A base da aprendizagem é a emoção, pois a tomada de decisão é afetiva, portanto, para que o indivíduo carregue de significado determinada informação é necessário que ele atribua a esta sentido, se experienciado de maneira positiva o valor dado e a utilidade da informação serão consequentemente positivos. O indivíduo ao entender que cada ser humano é único fará a produção social da identidade e diferença, deste modo, ele se identificará com aquilo que é e aquilo que o outro é, essa identidade e diferença resulta de uma relação social. É preciso conhecer sua própria identidade para que a forma de aprendizagem seja diferente, pois cada um tem suas atribuições de êxito e convive com seus fracassos. (COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. 2004. v. 2).

Sendo assim, para que seja alcançada uma aprendizagem positiva, é necessária certa intencionalidade do mediador, que consiste na capacidade em diferentes maneiras de alcançar o interesse e atenção do mediado, incluindo análise do método de ensino e sua eficácia, que pode variar individualmente, tornando os estímulos mais interessantes para o aprendiz e favorecendo o processo de aprendizagem. A reciprocidade deve estar presente junto a intencionalidade, esta seria o ato do mediador em apresentar para o mediado quais são os estímulos que recebem foco e qual o método utilizado, buscando que o aprendiz não apenas aprove esses métodos, mas também seja capaz de os entender e os colocar em prática mesmo sem a presença do mediador. (LIMA; DAL PRÁ, 2019)

Seria papel da Educação, portanto, concorrer para que de fato, o processo de ensino-aprendizagem, se desenvolvesse de forma significativa e inclusiva, como na realidade está posto na Legislação vigente, como é o caso da Lei Brasileira de Inclusão. (BRASIL, 2015)

Sistemas, métodos, recursos e profissionais da Educação, teriam por obrigatoriedade, dever e intencionalidade de se adequarem ao panorama da Educação Inclusiva, tendo para isso, que receber suporte teórico e prático, por meio de formação continuada especializada e incentivada pelas políticas públicas

A inclusão é um desafio, pois ainda se encontra arraigada na Educação, a premissa de que a aprendizagem deve ser única, não se considerando a pluralidade do ser humano, e que para todos, deve-se oferecer as condições necessárias ao seu desenvolvimento integral, naquilo que é capaz.

III. 4 A Relação Entre Escola e Professor e como ela se desenvolve no ambiente escolar.

A primeira coisa a ser feita é entender o que a escola busca nos profissionais, e buscar compreender também qual a necessidade dos profissionais que já atuam na escola. Ouvir esses profissionais ajuda a entender o quanto eles sabem sobre o processo de inclusão, e com o parecer deles é mais fácil buscar a melhor forma de introduzir esse assunto no ambiente escolar, com cursos e palestras sobre o tema.

Para ajustar os profissionais da educação é preciso entender o ambiente, entender a forma como cada um se posiciona, e fazer um estudo de grupo para atribuir papéis a fim de não haver uma sobrecarga em só um profissional, é interessante buscar entender também a hierarquia entre eles.

Entender a hierarquia presente e a cultura que a escola carrega é importante, pois é possível assim identificar problemas presentes mas pouco notados, como a subordinação que acontece entre os profissionais, é comum que em escolas algum aluno seja rotulado como o "aluno problema", esse rótulo só foi fixado ao estudante porque algum profissional na posição de status fez essa colocação.

Essa posição é quando a pessoa tem influência sobre as outras, em alguns casos é um ponto positivo já que pode contribuir para o desenvolvimento de ideias e de pessoas no ambiente, mas por outro lado ela pode contaminar os demais professores com ideias equivocadas e acabar usando sua influência de forma negativa. Quando

a pessoa de status é identificada nesse meio, é interessante usar essa habilidade pra que ela exerça uma influência positiva sobre os outros, instruir essa pessoa e ouvi-la pode ajudar a entender o que os demais profissionais buscam já que normalmente a pessoa em posição de status tem acesso a opinião das outras pessoas presentes no ambiente escolar.

Dentro do ambiente escolar é muito importante o relacionamento social, isso é crucial para que a organização tenha uma boa relação, essas relações contribuem diretamente na manutenção da saúde mental no ambiente, e por esse motivo é necessário que todos os profissionais se sintam pertencentes ao meio, já que pessoas que não se encaixam em grupos se calam, e esse silêncio interfere na forma como o professor vai trocar ideias e desenvolver as mesmas com outros professores.

Contudo, e para que essa socialização ocorra é importante implementar reuniões semanais para que os professores possam fazer trocas sobre os alunos, onde os professores poderiam se alinhar sobre qual a melhor forma de trabalhar a inclusão, além dessa troca outro recurso a ser utilizado pode ser a implementação de palestras mensais ou semanais.

Com base na análise feita pelo psicólogo seria possível montar uma série de propostas, que possam favorecer os profissionais que atuam diretamente ou indiretamente no processo de inclusão.

Outro fator a se atentar e que deve ser trabalhado para que o professor consiga se sair bem é o autoconhecimento. Se questionar, o quanto o professor sabe sobre ele mesmo, o que faz ele ser quem ele é, esse questionamento é importante para que ele entenda o que

o limita a trabalhar com aquela demanda, e reconhecer quais são suas dificuldades diante o processo de inclusão.

A partir do momento em que ele reconhece suas dificuldades fica mais fácil trabalhar esse aspecto. Esse processo para se reconhecer, ajuda na autoestima do professor, quando ele reconhece seus valores e suas competências ele passa a ter mais segurança sobre aquilo que aplica no dia a dia, além de reconhecer seu próprio valor, o mesmo passa a compreender melhor suas emoções diante de uma sala de aula, e aprende a entender e até mesmo quando deve abraçar ou controlar suas emoções, tornando as aulas mais leves e positivas.

Para a direção que coordena esse ambiente escolar, é importante notar como está a qualidade de vida no trabalho, pontos como a satisfação dos colaboradores com a direção devem ser levados em consideração para que o professor se sinta bem e motivado no ambiente, por isso nesse momento é necessário repensar sobre como ele tá se desenvolvendo.

Dar espaço para que o professor desenvolva suas ideias e suas propostas de intervenção para conseguir ter sucesso na inclusão e também gratificar esse esforço para que ele perceba que seu trabalho foi importante e é reconhecido. Os efeitos de um não reconhecimento pode gerar a insatisfação, resultando um estresse na organização, levando a competição não saudável entre os profissionais como forma de buscar reconhecimento, rotatividade de funcionários e recorrência de conflitos entre professor e aluno.

IV. METODOLOGIA

Considerando que a exclusão social é um fenômeno inegável, tornou-se indispensável o conhecimento prévio das razões motivadoras e de todo o trajeto percorrido para este fosse o cenário atual em relação a mesma. A investigação com base na bibliografia disponível acerca dos prejuízos psíquicos, acadêmicos e sócio-ambientais teve a finalidade de estabelecer um padrão baseado nas experiências reais dos sujeitos excluídos, considerando sua rotulada “inadequação” e o seu ambiente de inserção. (PIOVESAN, TEMPORINI. pág 2)

Neste sentido, para a construção desta pesquisa foram utilizados métodos de abordagem qualitativa, denominada pesquisa exploratória, para que houvesse a fundamentação acerca do tema exposto.

O embasamento das informações colocadas se deu através de pesquisas bibliográficas, contando principalmente por livros e artigos ofertados pelas plataformas científicas. Com o intuito de aprofundar o conhecimento de como é o ambiente educacional na contemporaneidade e qual a qualificação que os profissionais têm para lidar com os mais diversos contextos de inclusão, enfatizando a busca de evidências acerca da importância da diversidade e de como ela impulsiona o desenvolvimento psicológico, como também a identificação de rótulos e práticas estabelecidas que contribuam para com a segregação no ambiente educacional.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da obtenção de dados bibliográficos é possível criar propostas de intervenção, logo este artigo

intenta abordar a essencialidade de se estabelecer uma relação acadêmica entre a função social das instituições de ensino e a responsabilidade das mesmas para com a propagação da inclusão em suas diversas esferas, para que assim futuras pesquisas possam ser desenvolvidas voltadas para a qualificação de profissionais.

Evidenciando o notável despreparo do sistema educacional quanto ao desenvolvimento de estratégias eficazes para o desenvolvimento de indivíduos portadores de deficiências, traçamos um paralelo entre o fenômeno da rotulação e os processos educacionais.

Um sistema taxativo pode afetar imprescindivelmente o processo de aprendizagem desses indivíduos, patologizando-os e os categorizando de forma inferior aos demais, coibindo assim o seu total potencial de desenvolvimento que sobreponha seu comprometimento.

Portanto conclui-se que, se faz necessária a cooperação com a família e do ambiente educacional que deve contar com o devido preparo dos profissionais da área. Quando há a compreensão da importância da inclusão por parte de atuais e futuros profissionais, garantimos a plena convivência, a despatologização, a desmarginalização e a garantia dos direitos essenciais humanos a todos.

Por fim a pesquisa e o estudo são ferramentas efetivas para evitar os prejuízos causados pela discriminação, portanto esta pesquisa em questão se coloca favor da necessidade de investigação e valorização da inclusão.

VI. REFERÊNCIAS

AIMI, Deusodete Rita da Silva e Monteiro, Filomena Maria Arruda. Desenvolvimento profissional de professores iniciantes: tensões experienciadas no contexto da escola pública. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos [online]**. 2022, v. 103, n. 264, pp. 505-525. Disponível em: <https://doi.org/10.24109/2176-> Acesso em: 19 out. 2022

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saúde**, 2019. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia.html> .Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em 23 mar. 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar 2018: notas estatísticas**. Brasília, 2019. Acesso em: 29 set. 2022

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. v. 2. Acesso em: 20 set. 2022

COSTA, Denise Ferreira da. COSTA, Solange Mantanher Maciel e . TUCHINSKI, Carla Maria Fernandes. MIGUEL, Eliana Alves. OLIVEIRA, Maria Ferreira da Silva. WATHIER, Juliana Costa. Educação Inclusiva: Breve Contexto Histórico Das Mudanças de Paradigmas. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano 2021. Nº. 000092, 30/11/2018. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/educacao-inclusiva-breve-contexto-historico-das-mudancas-de-paradigmas>> Acesso em: 31 out. 2022

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994. FOUCAULT, Michel. Os anormais. Acesso em: 29 set. 2022

GANDRA, Alana. Pessoas com deficiência em 2019 eram 17,3 milhões. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-08/pessoas-com-deficiencia-em-2019-eram-173-milhoes#amp_tf=De%20%251%24s&aoh=16645018499370&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&share=https%3A%2F%2Fagenciabrasil.ebc.com.br%2Fsaude%2Fnoticia%2F2021-08%2Fpessoas-com-deficiencia-em-2019-eram-173-milhoes. Acesso em: 29 set. 2022

LIMA, Patrícia Dal Prá e Adriana Dickel. **Reuven Feuerstein e a Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural: Conceitos e Aplicabilidades Educacionais**. 2019. Disponível em: <<http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/1705/1/PF2019Patricia%20Dal%20Pra%20de%20Lima.pdf>> Acesso em: 29 set. 2022

PIOVESAN, Armando e TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**. 1995, v. 29, n. 4. pag 2. Acessado 10 Novembro 2022 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89101995000400010>> .

SANTOS, Jhonathan. Os reflexos da teoria do Labelling approach (etiquetamento social) na ressocialização de presos. **OAB Goiás**. 2012. p.4, Goiânia. Disponível em: <<https://esa.oabgo.org.br/esa/artigos-esa/direito-penal/os-reflexos-da-teoria-do-labelling-approach-etiquetamento-social-na-ressocializacao-de-presos/>> Acesso em: 29 out 2022.

TOKARNIA, Mariana. Cresce o número de estudantes com necessidades especiais. **Agência Brasil**, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019->

[01/cresce-o-numero-de-estudantes-com-necessidades-especiais](#). Acesso em: 29 set. 2022

UNICEF. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 29 set. 2022.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 29 set. 2022